



1 **+ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO**
2 **HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2007, NO AUDITÓRIO DA SMSA,**
3 **AV: AFONSO PENA, 2336, 14º ANDAR.**

4 Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e sete foi realizada a reunião extraordinária
5 do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, iniciada às 14h40 pela secretária geral do
6 CMS/BH, Fátima Regina Fonseca Lima, com a leitura de pauta: 1 – Informes gerais; 2 –
7 Apresentação de dados e debate sobre recursos para Saúde do Trabalhador/Renast; 3 –
8 Assuntos gerais. A conselheira Ivanil fez um breve histórico sobre as discussões realizadas na
9 Câmara Técnica de Financiamento, referente aos recursos destinados à saúde do trabalhador. O
10 presidente do Conselho, Wellington Bessa convidou a coordenadora nacional de Saúde do
11 Trabalhador, Elenice Costa, a coordenadora estadual de Saúde do Trabalhador, Jandira Maciel, a
12 coordenadora municipal de Saúde do Trabalhador, Cristina Werneck para compor a mesa de
13 discussões. A coordenadora estadual de Saúde do Trabalhador, Jandira Maciel, falou sobre as
14 condições e aplicações de recursos financeiros no Cerest e fez uma rápida contextualização
15 sobre a trajetória da política de saúde do trabalhador em Belo Horizonte. Falou sobre a Lei 1.679,
16 de setembro de 2000, assinada pelo então ministro da saúde, José Serra, conhecida como lei da
17 Renast. Em seguida, explicou como é feito o repasse de recursos do Fundo Nacional para o
18 Fundo Municipal de Saúde, destinados aos centros de referência regional em saúde do
19 trabalhador (Cerest), no valor mensal de trinta mil reais, a partir de 2005. O objetivo é desenvolver
20 políticas e ações de saúde do trabalhador, na área de abrangência do centro, sendo que estas
21 devem aprovadas pela CIB e conselhos de saúde. Jandira falou sobre o alerta dado aos centros
22 de referência de Belo Horizonte sobre a execução dos recursos. Disse que desde 2005, Belo
23 Horizonte já estava efetivando gastos destinados à saúde do trabalhador com folhas de pessoal.
24 Disse que a SMSA avisou o Ministério da Saúde sobre esses gastos e pediu sua anuência sobre
25 a questão. Explicou como o secretário municipal de Saúde de Belo Horizonte, Helvécio Miranda
26 foi comunicado sobre a impropriedade do destino que estava sendo dado aos recursos destinados
27 à saúde do trabalhador. Belo Horizonte foi suspensa com a diminuição do repasse, que continuou
28 sendo feito mensalmente. Falou sobre as condições da lei para utilização dos recursos de outra
29 forma que não a anteriormente determinada, e reafirmou que pagamento de pessoal, não está
30 incluído nestas condições. A coordenadora nacional de Saúde do Trabalhador, Elenice Costa
31 falou sobre a conduta do Ministério em relação a situações como a que ocorreu em Belo
32 Horizonte e informou que sua função nesta reunião é responder aos questionamentos que vierem
33 a ser feitos. A gerente de Epidemiologia, Celeste representou a SMSA falando sobre a política de
34 saúde do trabalhador em Belo Horizonte, desde que foi implantada na capital e sobre a
35 destinação dos recursos. O gerente de Orçamento e Finanças, Guilherme Antonini Barbosa
36 esclareceu o plenário sobre a utilização dos recursos, justificando o motivo da destinação do
37 dinheiro. Devido ao um parecer do Tribunal de Contas da União, a SMSA entendeu que a
38 utilização do recurso estava dentro da legalidade e que poderia ser utilizado no pagamento de
39 pessoal, somando o total de oito folhas. Em seguida, a Câmara Técnica de Financiamento (CTF),
40 representada pela sua coordenadora, Ivanil Mendes Martins fez a leitura das recomendações
41 resultantes das reuniões da câmara técnica. “A Câmara Técnica de Financiamento do Conselho
42 Municipal de Saúde de Belo Horizonte, recomenda ao plenário do Conselho Municipal de Saúde:
43 1 - Evidenciamos que a verba de saúde do trabalhador deixou de ser repassada para o município
44 pelo Ministério da Saúde, daí a razão de solicitar a pauta em caráter de urgência, preocupados
45 com os serviços que poderiam vir a ser prejudicados sem este recurso; 2 - A Coordenação
46 Estadual de Saúde do Trabalhador informou que o recurso foi suspenso porque o município usou
47 a verba de saúde do trabalhador em folha de pagamento de pessoal (salários); 3 - A Câmara
48 Técnica de Financiamento recomenda que o município devolva o montante da verba de saúde do
49 trabalhador para que possamos continuar a receber os repasses do Ministério da Saúde para esta
50 área, que no momento se encontra suspenso. Ressaltamos ainda, que tão logo seja feito o acordo
51 de devolução do dinheiro, o Ministério da Saúde garanta o repasse retroativo do recurso e garanta
52 o mesmo orçamento de 2008; 4 - Garantir que seja criado o conselho de serviços, conforme
53 Portaria 2437 e que este acompanhe a implementação das ações de saúde do trabalhador; 5 -
54 Recomendamos que ações de saúde do trabalhador para os vinte e dois municípios sejam
55 apresentadas e acompanhadas pelo controle social do CMSBH. Belo Horizonte, 26 de setembro
56 de 2007. Ivanil Mendes Martins. Coordenadora da Câmara Técnica de Financiamento.” A
57 coordenadora nacional de Saúde do Trabalhador, Elenice Costa falou que o parecer da

58 Procuradoria Geral do Município deveria ter sido apresentado e que o Conselho e as
59 Coordenações Nacional e Estadual de Saúde do Trabalhador não tem conhecimento deste
60 documento e informou que todos os documentos como este, são encaminhados ao jurídico do
61 Ministério da Saúde. Leu o parecer do Ministério sobre o assunto, emitido em 2005, que fala que
62 “os recursos oriundos da união, destinados ao desenvolvimento de ações e serviços de saúde,
63 não podem ser utilizados para pagamento de pessoal”. A conselheira Ivanil perguntou o que Belo
64 Horizonte fez de errado, o que pode ser feito, o que o município deixou de receber em valores e o
65 que foi retirando do montante de recursos. Disse estar preocupada com essa situação visto que
66 BH é responsável pelos recursos de vinte e dois municípios. Maria do Carmo falou sobre a
67 importância desta discussão e informou que todas as prestações de contas são efetuadas através
68 do relatório financeiro e do plano municipal de saúde. A conselheira Anadil disse não estar
69 preocupada apenas com o dinheiro da saúde do trabalhador, mas com recursos de outras áreas
70 que são destinados à assistência e que permanecem parados nas contas. Para ela, é necessário
71 mais empenho e compromisso dos funcionários responsáveis pela execução do trabalho. É
72 necessário que estes cargos deixem de ser políticos e sejam entregues a pessoas realmente
73 capacitadas. A coordenadora nacional de Saúde do Trabalhador, Elenice Costa disse que os
74 Cerest recebiam vinte mil reais por mês, chegando a trinta mil. A coordenadora estadual de Saúde
75 do Trabalhador, Jandira Maciel disse que os recursos gastos indevidamente somam quatrocentos
76 mil reais. A secretária municipal adjunta de Saúde, Maria do Carmo disse que a atribuição de
77 incompetência não deve ser generalizada e admitiu o erro de ter utilizado dos recursos de outra
78 forma a qual não foram destinados. Em seguida, falaram sobre o assunto as conselheiros:
79 Evaristo Garcia, Fátima Regina, Claudete Liz, Roberto dos Santos, Célia Lélis, Anadil Ruhnau,
80 Túlio Zulato, Romélia Rodrigues Lima, José Carlos. A coordenadora municipal de Saúde do
81 Trabalhador, Cristina Werneck disse que foram apresentadas várias ações que a coordenação
82 municipal de saúde do trabalhador realizou, apesar de não receber os recursos e explicou que o
83 dinheiro em caixa atualmente, refere-se aos rendimentos financeiros, sendo que já foram gastos
84 os resíduos de 800 mil reais mais, além dos rendimentos. Mesmo assim, segundo ela, foram
85 realizadas várias atividades com outros municípios, inclusive a organização de centro de
86 referência. Quanto à atenção básica, foram apresentados à Gerência de Assistência da SMSA
87 vários projetos de inclusão da saúde do trabalhador. Falou ainda sobre a situação do Cersat
88 Oeste, aprovado na Conferência de Saúde do Trabalhador, porém a referência é a política do
89 município. Por isso, o Cersat Barreiro tem atendido a essas duas regiões. A conselheira Ivanil
90 Mendes agradeceu ao gerente de Orçamento e Finanças, Guilherme Antonini e ao gerente de
91 Planejamento da SMSA, Paulo César Machado pela atenção dispensada às reuniões da Câmara
92 Técnica de Financiamento. Disse que todos os convênios e projetos em que a câmara técnica não
93 conseguir dar encaminhamento, serão remetidos ao plenário do Conselho. Convidou todos os
94 conselheiros, independente da câmara técnica da qual estiverem participando, para que
95 acompanhem também as reuniões da CTF. Cristina Werneck disse que a SMSA tem uma
96 proposta de plano de metas que será encaminhada ao Conselho. A coordenadora nacional de
97 Saúde do Trabalhador, Elenice Costa disse defender junto ao Ministério da Saúde que a política
98 de saúde do trabalhador deve ser sustentada pela atenção básica e contou um pouco da história
99 da regionalização da saúde do trabalhador. Acrescentou que o Ministério da Saúde não pode,
100 politicamente, emitir um parecer sobre a suspensão do recurso, sendo esta um decisão
101 administrativa. Falou sobre a portaria da Renast, sobre o caráter regional do Cersat e sobre a
102 garantia de repasse em 2008, de recursos que deveriam ter sido repassados em 2007 e se estes
103 serão corrigidos de acordo com os rendimentos. Jandira Maciel falou sobre a necessidade de se
104 acompanhamento desta situação pelo Conselho. A secretária municipal adjunta de saúde, Maria
105 do Carmo falou do investimento em saúde do trabalhador pelos municípios, do pacto pela saúde e
106 fez a leitura da Portaria 24, de 29/01/07. A secretária geral, Fátima Regina, devido ao
107 esvaziamento do plenário, deu início aos encaminhamentos da discussão, pedindo que Jandira e
108 Elenice fizessem suas considerações finais. Jandira Maciel colocou-se a disposição para dar
109 esclarecimentos a todos que procurarem por ela. Elenice Costa pediu que o Conselho encaminhe
110 ao Ministério da Saúde, um documento referente ao recurso da Renast. Fátima Regina formulou
111 junto ao plenário os encaminhamentos: 1 – atendimento às recomendações da CTF,
112 acrescentando a devolução do recurso em trinta dias; 2 – que o projeto de saúde do trabalhador
113 seja discutido nas câmaras técnicas, com a participação das gerências da SMSA; 3 – realização
114 de um nova plenária do Conselho para abordagem do assunto. Em seguida, as propostas foram



115 reformuladas sendo: 1 – que projeto seja apresentado em trinta dias direto ao plenário para
116 deliberação; 2 - que o projeto seja readequado e apresentado às câmaras técnicas. O plenário
117 deliberou pela proposta um, para que o projeto seja apresentado ao plenário para deliberação, no
118 prazo de trinta dias. Estiveram presentes: Anadil Benedita Ruhnau, Célia de Lélis Moreira,
119 Claudete Liz de Almeida, Fátima Regina Fonseca Lima, Gislene Gonçalves dos Reis, Lenir
120 Aparecida Chaves, Magali Rodrigues Alves, Maria Amélia Sousa Costa, Maria Gabriela, Marta
121 Auxiliadora Ferreira, Nilton César Rodrigues, Raquel Álvares da Silva Campos, Roberto dos
122 Santos, Edson Félix da Silva, Romélia Rodrigues Lima, Maria do Carmo, Danielle Mara Dornelas
123 Cruz, Evaristo Garcia de Mattos, Cleuza Maria Fernandes, Henderson Tsutomu Hirata, Cleide
124 Alves Siqueira, Rosemary Baêta, Túlio Zulato Neto, Valdir Matos de Lima, Wânia Regina do
125 Carmo Soares, Wellington R. de Bessa, Ivanil Mendes Martins, Justificaram: Raimunda Nélia de
126 Moraes Andrade, Jorge Portela, Jadir Martins, Ivanete Soares de Oliveira e Geovana Fraga. Às
127 17h28, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que,
128 após lida e aprovada, será assinada pelo presidente e pelo secretário geral do Conselho Municipal
129 de Saúde. Belo Horizonte, 27 de setembro de 2007. LPM